



Simone Cavalcanti

30 JAN 2006

Crescer mais e voltar ao BRIC

A economia deveria crescer 5% anuais por 12 anos para reduzir a pobreza pela metade

Em uma conjuntura na qual o Brasil perde de longe de si milares emergentes no quesito crescimento econômico, a plataforma eleitoral dos candidatos à Presidência da República neste ano não terá outro foco senão as políticas que poderão ser implantadas para reduzir ao máximo essa diferença. Tudo isso para colocar o País de volta ao rumo das expectativas mundiais que garantiram, anos atrás, a denominação que classifica os quatro países que teriam maior potencial de expansão nestes últimos anos: Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC).

Esta classificação caiu por terra semana passada no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, depois que Índia e China levaram à platéia a notícia de que o Produto Interno Bruto (PIB) local registrou mais um ano de forte crescimento em 2005, entre 8% e 10%, enquanto os integrantes do governo brasileiro, ao serem indagados, tiveram de responder que se manteve o histórico médio dos últimos 25 anos um pouco acima de 2%.

Ainda mais com um alerta do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato, de que o crescimento robusto é necessário para reduzir a pobreza.

Difícil mesmo para o eleito para ocupar a cadeira no Palácio do Planalto será, de fato, conseguir levar o País em pouco tempo a um crescimento próximo dos 7% anuais, resultado similar ao das décadas entre 50 e 70. Como dizia o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, quando assumiu a pasta em 2003, “é muito vagaroso virar um transatlântico”.

E de fato é. A começar pela enorme tarefa de reduzir o ta-

manho que a máquina pública ocupa hoje. O contraditório é que, nos últimos anos, ao mesmo tempo em que as políticas econômicas adotadas levaram o País a um controle fiscal, com superávits cada vez maiores destinados ao pagamento de juros, houve um inchamento dos gastos correntes. Especificamente no governo federal ocorreu aumento do número de ministérios e cargos públicos de confiança. Também aumentaram as contas com programas assistencialistas que, se mal coordenados, não conseguem surtir efetivos benefícios.

Dados do Banco Mundial mostram que, levando em conta apenas o PIB, seria necessário que a economia crescesse 5% ao ano por 12 anos consecutivos para reduzir a pobreza pela metade. Ao combinar expansão econômica de 4% anuais e redução de desigualdade de renda de 6% a cada ano, esse patamar poderia ser atingido em oito anos.

O Brasil precisa de eficiência para crescer e distribuir os efeitos positivos para a população. E para obter eficiência é necessário organizar as despesas. Da forma como o nível de gastos está organizado, não poderá ser cortado da conta do Estado sem custos políticos para quem estiver no comando.

Em tempo: só na última sexta-feira, um ano após a aprovação da lei que cria as Parcerias Público-Privadas (PPP), é que o governo anunciou a formação do Fundo Garantidor, que ajudará a viabilizar os projetos e aumentar os investimentos. Deste jeito, fica mesmo difícil acompanhar a turma asiática.